

AGRICULTURA URBANA: UMA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA EM TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DA BAHIA

Data de aceite: 01/08/2023

Adriana Martins da Silva Bastos Conceição

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNIVASF.

Márcia Bento Moreira

Docente no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UNIVASF

Helder Ribeiro Freitas

Docente no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UNIVASF

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Docente no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UNIVASF

Luciana Souza de Oliveira

Docentes no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT/UNIVASF

1 . INTRODUÇÃO

A constante migração da população do campo para os centros urbanos tem

promovido um grande debate sobre a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) apontada como alternativa para garantir segurança e soberania alimentar da população vulnerável nos centros urbanos. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2020), em 2050, dois terços da população mundial morarão em zonas urbanas. O deslocamento do rural para o urbano permitiu que atividades essencialmente rurais fossem desenvolvidas nas periferias urbanas.

Assim, constata-se que a prática de AUP tem contribuído com a preservação de espécies cultivadas para diversas finalidades como medicinais, aromáticas e frutíferas, bem como de animais de pequeno porte no contexto da criação destes como alternativa de obtenção de alimentos e renda. Por muito tempo, essas práticas, em grande parte exercidas por mulheres, não tiveram atenção nas pesquisas e nem fizeram parte dos projetos de políticas públicas necessários para desenvolvimento local e regional. Moura,

Ferreira e Lara (2013) apontam que, a partir da década de 1990, os benefícios dessas práticas na melhoria da qualidade de vida da população e do ambiente urbano chamam a atenção e passam a incentivar a sua organização e multiplicação.

As pesquisas sobre a AUP buscam enfatizar a sua importância, contribuição para a melhoria da qualidade alimentar e aumento da renda familiar. Além de identificar estratégias adotadas como políticas públicas de incentivo a AUP, tais pesquisas desenvolvem tecnologias sociais capazes de fortalecer os coletivos urbanos engajados nessas propostas. (SILVA, 2016; SANTANDREU; LOVO, 2007).

Smit et al., (2001, p. 1) ressaltam que:

Na verdade, a agricultura urbana é uma atividade econômica significativa, central para a vidas de dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo. É uma indústria em rápido crescimento que é cada vez mais essencial para a segurança econômica e nutricional dos residentes urbanos, e tem implicações econômicas, ambientais e de saúde de longo alcance.

Altieri e Nicholls (2018), por sua vez, reforçam a estimativa de que a agricultura urbana possa produzir de 15 a 20% da alimentação mundial. Estima-se que no período entre 1993 e 2005 o percentual da comida consumida nas grandes cidades que é produzida na cidade e áreas periféricas dobrou, passando de 15% para 30% (MARTELLOZZO et al., 2014).

Caracterizada como atividade de produção, processamento e/ou comercialização de produtos agrícolas desenvolvida no entorno das moradias, em áreas urbanas ociosas (intra-urbana) ou mesmo nas periferias das cidades (periurbana). Entretanto, para Aquino e Assis (2007), não é a localização urbana que distingue a agricultura urbana da agricultura rural, e sim a integração da prática agrícola com os ecossistemas urbanos.

Lotes, lajes, quintais, escolas, centros de saúde, canteiros centrais e debaixo de redes elétricas. Esses são alguns locais onde a agricultura é praticada nas cidades. A inovação e criatividade das pessoas mostram que é possível aproveitar os recursos e a mão-de-obra disponível para ocupar produtivamente diferentes tipos de espaços. A adaptação do conhecimento de origem rural ao contexto urbano, especialmente pelas mulheres, mantém vivas práticas como conservação de sementes, a diversificação de cultivos, o manejo e uso de plantas medicinais (MOURA, FERREIRA E LARA, 2013 p. 7).

Outros importantes aspectos têm sido fundamentais na opção por estimular e promover essas atividades nos centros urbanos, dentre as quais destaca-se aqui a redução da queima de combustíveis fósseis, redução dos custos de transporte dado a produção e consumo local, uso de espaços ociosos, ampliação de áreas verde, controle de inundações e ilhas de calor.

Aquino e Assis (2007) já observavam que a agricultura urbana tem despertado um elevado e crescente interesse, tanto dos urbanitas quanto dos pesquisadores e responsáveis por elaboração de políticas, na medida em que, onde se estabeleceu com eficiência, desempenhou um papel muito importante na alimentação das populações

urbanas, garantindo a sua sobrevivência. Destarte, a AUP se pratica em todas as regiões do Brasil com ampla capacidade de expansão, possibilidades de consolidar-se como uma atividade permanente e multifuncional na escala local, melhoradora da Segurança Alimentar e Nutricional e produtora de trabalho, emprego e renda, como apontam Santandreu e Lovo (2007).

Importantes aspectos sociais, culturais e políticos devem ser avaliados e discutidos de modo a se identificar os potenciais da AUP nos territórios. Rambo e Freitas (2019), ao discutirem sobre estratégias de desenvolvimento rural, apontaram que se tem desconsiderado os circuitos curtos de comercialização, baseados na interação face a face, nas relações de confiança entre produtor e consumidor. Além disso, os autores ainda destacam a importância da reconexão entre a produção e o consumo de alimentos no âmbito acadêmico, social e político com repercussões diretas sobre questões de segurança e soberania alimentar tanto por parte do agricultor quanto do consumidor.

Rambo e Freitas (2019), ao abordarem sobre circuitos curtos, não incluem a AUP. No entanto, a aproximação entre produção e consumo nessa categoria é ainda mais evidente, o que a coloca nesse cenário. Para Souza e Calaça (2019), a AUP refere-se especificamente à produção de alimentos para abastecimento de mercados locais, sendo especializada no cultivo de gêneros hortícolas, que, de maneira geral, são produzidos próximos aos mercados consumidores. Nota-se a dimensão do problema ao considerar, por exemplo, que em cidades com 10 milhões de habitantes ou mais são necessárias diariamente 6 mil toneladas de alimentos que percorrem em média 1.000 km (ALTIERI; NICHOLLS, 2018).

Nesse sentido, Medeiros Júnior *et al.* (2020) defendem um futuro melhor para as cidades em desenvolvimento, sejam elas pequenas, médias e grandes cidades. É tanto imperativo quanto possível. E diante das perspectivas de crescimento das cidades, em especial nos países em desenvolvimento, a FAO (2012, p. 3) aponta que “o desafio consiste em desviar a urbanização de seu rumo atual, insustentável, para cidades mais verdes, sustentáveis, que ofereçam opções, oportunidade e esperança a seus habitantes”. E para tanto, propõe o conceito de “cidades verdes”:

[...] resilientes, autossuficientes e com sustentabilidade social, econômica e ambiental – está usualmente associado ao planejamento urbano em países mais desenvolvidos. Sugere ecoarquitetura de alta tecnologia, ciclovias e indústrias de circuito fechado que não produzem resíduos. Contudo, tem uma aplicação especial, e dimensões sociais e econômicas significativamente diferentes, em países de baixa renda. Neles, os princípios básicos de cidades mais verdes podem guiar um desenvolvimento urbano que assegure segurança alimentar, trabalho e renda decente, um meio ambiente limpo e boa governança para todos os cidadãos (FAO, 2012, p. 3).

Essa prática tem ocorrido em diferentes realidades sociais, econômicas e políticas no contexto mundial. Entretanto, destacam-se as iniciativas observadas em países em

desenvolvimento como alternativa para a produção de alimentos e renda para populações em situação de vulnerabilidades socioeconômicas (MEDEIROS JÚNIOR *et al.*, 2020). Esses autores concluem que a AUP também tem se constituído em um movimento social ainda em construção, buscando uma identidade própria e articulação entre as experiências no sentido de mobilizar ações e recursos que apoiem tais iniciativas.

Outros fatores positivos têm sido associados a AUP, tais como a preservação da diversidade biológica e genética dos vegetais cultivados, o aproveitamento dos resíduos orgânicos domésticos como adubo e o aproveitamento da mão de obra, em especial a feminina. Além disso, esses fatores são alguns dos quais aproximam a AUP da perspectiva agroecológica. Moura, Ferreira e Lara (2013) afirmam que a agricultura urbana integra a produção agroecológica de alimentos, plantas medicinais e ornamentais, manejo de áreas de cerrado e mata, criação de pequenos animais, beneficiamento e comercialização solidária. Não estamos dizendo aqui que toda iniciativa de AUP está atrelada a uma base agroecológica, visto que Savian, Boff e Boff (2021) observaram que a agricultura em cidades do Brasil e no mundo não é necessariamente agroecológica, mas que existe um grande potencial para esta transição.

No Brasil, estudos têm destacado diferentes benefícios da AUP. Carniello *et al.* (2010), ao descrever a composição florística e a sua respectiva utilização em quintais urbanos de Mirassol D'Oeste, estado do Mato Grosso, observaram alta diversidade na composição vegetal desses quintais. Siviero *et al.* (2011) constataram que o cultivo das plantas alimentares em quintais urbanos de Rio Branco auxilia no tratamento de doenças e promove a conservação da agrobiodiversidade e bem estar aos moradores por meio da melhoria da paisagem, ambiência microclimática e espaço de lazer.

De acordo com Teixeira *et al.* (2015), os quintais apresentam múltiplas finalidades, sendo plantio, criação e lazer/descanso as principais categorias de uso. Em outras palavras, os benefícios vão além do fornecimento de alimentos. Para Silva *et al.* (2011), as hortas urbanas e periurbanas proporcionam o aumento no consumo de hortaliças que são benéficas à população das cidades. No entanto, Eichenberg e Amorozo, (2013) constataram que apenas 38% das espécies alimentares encontradas nos quintais apareceram na dieta dos entrevistados, indicando uma subexploração dos quintais.

Ao estudar a persistência do uso de plantas medicinais mesmo em locais de fácil acesso a Unidades Básica de Saúde, Duarte *et al.* (2020) observaram que o uso de plantas para fins medicinais em áreas urbanas do Planalto Sul Catarinense é consideravelmente alto, totalizando 84 espécies utilizadas pelas 46 famílias participantes. Em horta urbana com diferentes estratégias de manejo e tratamentos culturais agroecológicos, de acordo com o observado por Venzke (2020), tornou-se possível reciclar o resíduo doméstico orgânico, gerando adubação via compostagem e produzindo alimentos saudáveis e de baixo custo.

A produção de base agroecológica é a alternativa mais adequada para o desenvolvimento da AUP, como já ocorre em diversas iniciativas no Brasil e no mundo. Ao

analisarem os exemplos de AUP em Cuba e Chile, Altieri e Nicholls (2018) afirmam que o segredo é a aplicação de princípios agroecológicos no cultivo intensivo de uma diversidade de vegetais de modo a garantir alta produção potencial. Além dos benefícios em relação ao meio ambiente, maior agrobiodiversidade e a produção de alimentos limpos aumentam a agroecologia e a autonomia do produtor, tornando-o menos dependente de insumos externos e, conseqüentemente, contribuindo para a melhoria no nível de renda (SOUZA; CALAÇA, 2019). Segundo Altieri (1987):

Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 1987, citado por ALTIERI, 2004, p. 23)

Assim, o autor destaca que a saúde ecológica não é o único objetivo da agroecologia, pois a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais (ALTIERI, 2004). É importante destacar que existe uma relação forte com a preservação da diversidade cultural nas experiências de AUP, como anteriormente abordado neste texto. Tal fato aproxima a AUP da agroecológica, conforme ressalta Altieri.

Nesse sentido, Altieri e Nicholls (2018) destacam que sistemas agroecológicos não usam intensivamente capital, trabalho ou insumos químicos, mas que, por outro lado, melhoraram a eficiência dos processos biológicos: fotossíntese, fixação de nitrogênio, solubilização do solo fósforo, e o aumento da atividade biológica acima e abaixo do solo. Esses autores constataam ainda que, em fazendas urbanas a integração de solo, água e práticas de manejo de pragas otimizam a qualidade do solo, a saúde das plantas e a produção agrícola.

Diante do exposto até aqui, observa-se que a agroecologia é uma alternativa aos sistemas de produção, incluindo AUP e o consumo praticados atualmente, já que, conforme afirmam Altieri e Nicholls (2020), tecnologias projetadas para melhoria da subsistência e alimentação dos indivíduos tornaram, ao mesmo tempo, o planeta menos hospitaleiro à condição humana.

A crise da COVID-19 intensificou a fragilidade do sistema global de produção e distribuição de alimentos ampliando a fome e a desnutrição, deixando claro que “uma das lições da atual pandemia até agora é a necessidade urgente de que a produção de alimentos esteja nas mãos de pequenos produtores, camponeses e agricultores urbanos” (ALTIERI; NICHOLLS, 2020, p. 893), tradução nossa)¹. Os moradores das cidades precisarão compreender que comer é um ato ecológico e político e que, ao apoiar os agricultores

¹ “One of the lessons from the current pandemic so far is the urgent need that food production be in the hands of small producers, peasants and urban farmers”

locais, criam sustentabilidade socioecológica e resiliência (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

Assim, pretende-se aqui fazer um levantamento do cenário de AUP em diferentes Territórios de Identidade da Bahia destacando-a como uma perspectiva de produção agroecológica. Para alcançar este objetivo, foi realizada uma pesquisas integrativa, bibliográficas e documental por meio de levantamento de dados em sites oficiais e reportagens a fim de se obter dados sobre experiências de AUP em diferentes territórios baianos e em que bases metodológicas têm se desenvolvido para identificar se esses cultivos estão de fato sendo realizados com bases agroecológicas.

Os procedimentos adotados para essa revisão foram a busca de artigos nas bases de dados eletrônicas *Scientific Electronic Library Online Brasil* (SciELO) e Google Acadêmico, além de notícias e publicações em jornais e revistas on-line. O processo de coleta das informações foi realizado de forma não sistemática com as palavras-chave: agricultura urbana, territórios de identidade, hortas urbanas e Bahia nos meses de junho a agosto de 2021.

Devido à grande diversidade dos Territórios de Identidade (TI), optou-se por fazer estratificações geográficas e dimensões populacionais. A estratégia de escolha dos territórios considerou os extremos norte, sul, leste e oeste no estado da Bahia. Em seguida, identificou-se um município de maior expressividade no TI. Assim, apresentamos um recorte do cenário baiano em relação ao modelo de produção agrícola urbana a partir dos documentos e informações obtidas na busca.

O objetivo é responder às seguintes indagações: nos territórios baianos, a AUP tem sido uma possibilidade pensada no âmbito das políticas públicas? A AUP está presente na diversidade climática dos Territórios de Identidade baianos e diferentes realidades municipais? As experiências existentes adotam a agroecologia como orientação nas suas práticas socioprodutivas?

2 . PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: POPULAÇÃO RURAL X URBANA

O crescente movimento migratório das populações rurais para os centros urbanos que tem sido observado em todo mundo vem gerando muita preocupação devido aos seus impactos sociais, uma vez que a estrutura urbana não acompanhou o aumento da densidade demográfica. A Bahia, quinto estado brasileiro em extensão territorial, é o quarto mais populoso e tem 72,1 % da população vivendo nas áreas urbanas (IBGE, 2010). Porém, essa distribuição não é homogênea entre os Territórios de Identidade do estado. Em tais TIs, observa-se o grau de urbanização variando entre 35,2%, no Território de Identidade Bacia do Paramirim, e 98,1% no Território de Identidade Metropolitano de Salvador (SEI, 2019), evidenciando peculiaridades desses territórios.

Com o crescimento populacional, as cidades foram ao longo do tempo incorporando não só problemas, mas também soluções. Os novos urbanos trouxeram consigo hábitos e

costumes que aos poucos foram se incorporando à rotina dos locais de maior concentração desses novos moradores, os bairros periféricos. Seja por necessidade ou por tradição, muitas famílias mantiveram práticas de cultivar plantas e criação de pequenos animais ao se instalarem nas cidades.

Assim, a prática da AUP tem uma dimensão cultural que preserva saberes ancestrais na cura de enfermidades e nos sabores das receitas de preparação de alimentos por vezes pouco encontrados nos comércios. Santandreu e Lovo (2007) afirmam que a AUP favorece a promoção de cidades produtivas e ecológicas capazes de respeitar a diversidade social e cultural, e também a relacionam com o lazer, a saúde, a cultura, a economia e o ambiente. Além disso, conforme vivenciado pela primeira autora deste trabalho, até a década de 1990, nos pequenos centros urbanos do recôncavo baiano e entorno, era comum ver criações de animais para garantir à família uma fonte extra de recursos. O abate planejado para épocas festivas permitia manter tradições folclóricas e religiosas trazidas pelos remanescentes rurais.

Como indicam Moura, Ferreira e Lara (2013), outro aspecto de destaque é a atuação feminina nas atividades de AUP, visto que os cultivos realizados nos entornos das residências são muito frequentemente de responsabilidade exclusiva das mulheres. Nesse caso, essa produção se incorpora à alimentação da família sem ser contabilizada como um ganho na renda, uma vez que se evita o gasto com alimentação ao consumir aquilo que vem do próprio quintal. É possível ainda observar situações em que essas mulheres aproveitam as colheitas para produzir doces e compotas para comercialização para aumentar os ganhos da família e seu poder aquisitivo. Porém, este trabalho da mulher não é reconhecido, assim como outras tantas tarefas domésticas, as pesquisas têm buscado também esse enfoque com o objetivo de valorizar e fortalecer o papel da mulher no provimento da família.

Diante de tantos aspectos relevantes, a AUP passou a chamar atenção de pesquisadores, organismos internacionais e governos das diferentes regiões do mundo com o objetivo de se fortalecer através da promoção de políticas públicas que permitam a valorização, reconhecimento e organização das famílias e coletivos envolvidos em tais iniciativas. Assim, diversos exemplos de produção de alimentos nas localidades urbanas e periurbanas vem chamando a atenção e se apresentando como uma proposta de produção de alimentos saudáveis e sustentáveis (FAO, 1996; MACHADO; MACHADO, 2002; ALTIERI; NICHOLLS, 2018).

Dessa forma, a AUP passa a fazer parte da agenda política. Os gestores municipais e estaduais nos últimos anos têm apoiado e promovido iniciativas de AUP, algumas das quais podem ser observadas no Brasil e também na Bahia.

3 . TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE BAIANOS

O planejamento é um elemento chave para se alcançar eficiência na gestão do

estado e, assim, estabelecer critérios que permitam uma melhor compreensão do espaço, das relações sociais, culturais e produtivas que o constituem, Ele tem sido uma ferramenta utilizada pelos governos para estabelecer a unidade de planejamento de modo a facilitar o gerenciamento do espaço. Segundo Ortega (2016), no Brasil, a partir de 2003 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para reorientar a estratégia das políticas de desenvolvimento rural daquele ministério, a abordagem territorial iria permitir uma maior capacidade de interlocução entre os poderes públicos e os atores sociais mais organizados, comprometidos e sintonizados em torno de projetos de desenvolvimento rural.

Segundo Ortega, Cerqueira, e Silva (2016), essa estratégia passa a ser adotada na Bahia já em 2007 com os seguintes objetivos: crescimento econômico; fortalecimento dos pequenos empreendimentos; ampliação do emprego e melhor distribuição de renda; maior qualidade de vida; equilíbrio (social, de gênero, étnico, racial e territorial); e fortalecimento de identidades culturais. Conforme dados do SEI (2021, online):

A Regionalização Territórios de Identidade foi adotada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) através da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, quando lançou o Plano Plurianual 2008-2011, e contava à época com 26 Territórios de Identidade que abarcavam os 417 municípios. Desde então, atendendo os objetivos do governo estadual e às necessidades dos municípios baianos sofreu ajustes e atualmente está consolidada conforme Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015, que aprova o Plano Plurianual 2016-2019, contando com 27 Regiões.

No entanto, ainda vale ressaltar que houve uma forte atuação social nesta caracterização dos Territórios de Identidade da Bahia (TI):

O conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação de seu planejamento. A adoção como unidade de gestão para o estado da Bahia foi ajustada conceitual e metodologicamente para a formulação do planejamento em todas as dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundário e terciário. (SEI, 2021, on-line).

Incluir na gestão territorial a realidade urbana fez necessário entender sua dinâmica e inclusive as relações que tem, para além de consumo, com o rural. Até então, o rural era considerado o único capaz de produzir insumos que seriam consumidos pelas cidades e, portanto, absorvia todas as possibilidades de políticas públicas que visassem promover o desenvolvimento desse setor produtivo. Promulgada em 1989, a Constituição Estadual da Bahia (Bahia, 2020) deixa isto evidente ao tratar em seus Capítulos II e III das Políticas Urbanas e Agrárias, respectivamente, sendo que na primeira não trata do espaço como um local de produção de insumos. Enquanto que para a segunda são destinados recursos que permitam o desenvolvimento da produção destacando aqui os artigos 194 e 195 que garantem aos pequenos produtores rurais assistência técnica e crédito, dentre outros

benefícios.

Ao olhar para o território compreendido como um complexo em que as fronteiras não estão nem física, nem socialmente bem definidas, outras perspectivas ganham visibilidade. A AUP passa então a se configurar como importante parcela a qual requer a atenção do Estado. Assim, Sabourin, Massardier e Sotomayor (2016) defendem que, ao planejar, os gestores tentam levar em conta o potencial de outras atividades econômicas: manufaturas e artesanato, transformação agroalimentar, turismo e outros serviços. Oliveira et al. (2020, p. 370) destacam ainda que:

[...] atuação eficiente do estado e das organizações que se propõem a mediar o processo organizativo do território, deve canalizar as sinergias dos atores, por mais variadas que sejam, para a geração de renda; emprego; de práticas de cultivos que sejam coerentes com a valorização da saúde humana e da preservação das especificidades culturais; conservação do meio ambiente; utilização do planeta, mas sobretudo, investir na formação de capital humano, a fim de empoderar a população, tornando-a autônoma, e no capital social, valorizando o coletivo; a criação de associações e ou cooperativas, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

É importante destacar que o conceito de território vem sendo amplamente discutido e concebido em diferentes dimensões. No entanto, adotaremos aqui o que foi definido por Ortega e Pires (2016) ao discutir políticas territoriais rurais da Bahia, que é o de território induzido por políticas públicas. Segundo os autores,

São territórios-zona, constituídos por áreas contínuas, pelo aglomerado de municípios, que se organizam em espaços de concertação constituídos por colegiados de representação da sociedade civil. São nesses arranjos socioprodutivos que se constroem projetos de desenvolvimento territorial, com vistas à superação da pobreza e à redução das disparidades regionais (ORTEGA; PIRES, 2016 p. 15).

E no caso da Bahia, aos 27 TI (Figura 1) se engloba a concepção de identidade que, de acordo com Ortega, Cerqueira e Silva (2016) se manifesta por meio de traços socioculturais, elementos sociogeográficos, atividades socioeconômicas e interesses sociopolítico. Os autores destacam ainda que, a identidade abrange a construção de valores, costumes, princípios compartilhados, crenças, simbologias e formas de vida que se fazem comuns, em dado espaço, para sua gente.

Devido à grande extensão territorial do estado baiano, reconhecer as identidades específicas de cada região não seria possível sem um debate direto com as comunidades que começaram a ter voz e defender seus costumes.

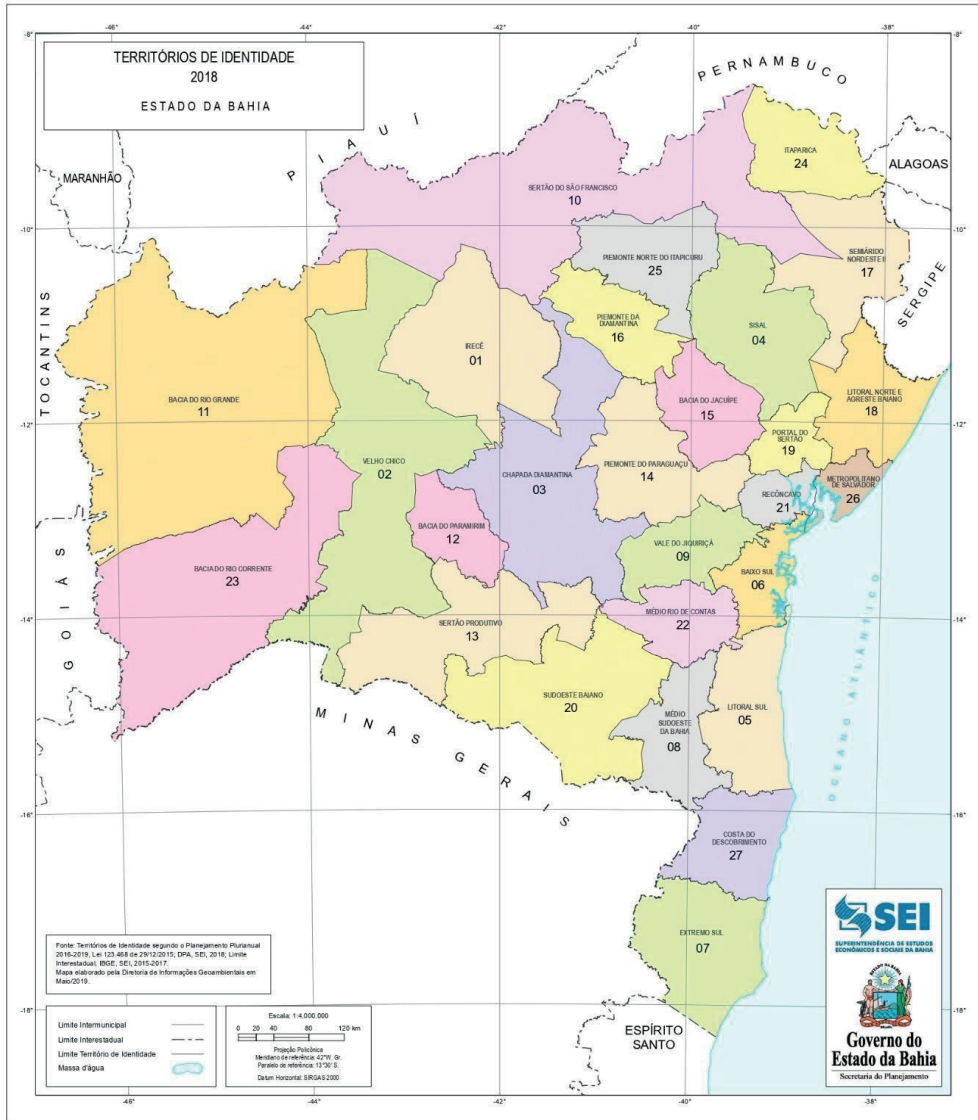


Figura 1 – Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia

Fonte: SEPLAN, 2021.

Os 27 TI da Bahia são: Semiárido Nordeste II, Itaparica, Sertão do São Francisco, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte da Diamantina, Irecê, Velho Chico, Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Médio Rio de Contas, Baixo Sul, Recôncavo, Portão do Sertão, Metropolitano de Salvador, Litoral Norte e Agreste Baiano, Sisal Vitória da Conquista, Médio Sudoeste da Bahia, Sertão Produtivo, Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina, Litoral Sul, Vale do Jiquiriçá, Extremo Sul, Costa do Descobrimento (SEI, 2021). A Figura 1 apresenta a área que cada um dos 27 TI

compreende, sendo possível observar que os territórios divergem em extensão territorial e características geográficas, considerando que o estado da Bahia possui grande diversidade climática e de vegetação, o que contribui para que os territórios sejam distintos também em suas condições edafoclimáticas².

4 . AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NOS TERRITÓRIOS BAIANOS

Na Bahia, são observadas iniciativas de AUP, seja em hortas urbanas individuais ou comunitárias, ou em hortas cultivadas em instituições como escolas, postos de saúde e outras. Essas iniciativas têm diferentes marcos temporais, algumas já consolidadas e outras ainda recentes derivadas de Programas e Políticas Públicas que têm estimulado tais práticas nos TI. Sem a pretensão de esgotar todas as experiências existentes, a seguir são apresentadas algumas dos TI da Bahia apontando os aspectos metodológicos, quando estes forem identificados.

A partir das pesquisas bibliográficas, foram selecionadas, para esta abordagem, experiências de AUP nos municípios de Juazeiro, Bom Jesus da Lapa, Salvador e Texeira de Freitas. Tais municípios foram selecionados por pertencerem a diferentes TI, sendo eles respectivamente: Sertão Pernambucano, Velho Chico, Metropolitano de Salvador e Extremo Sul. Além da posição geográfica dos TI, a população dos municípios foi outro aspecto considerado na seleção de modo que se pudesse apresentar diferentes situações onde a AUP é desenvolvida na Bahia. A Tabela 1 a seguir apresenta informações destes TI possibilitando observar variações entre os mesmos.

² características definidas através de fatores do meio tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a umidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial. As condições edafoclimáticas são relativas à influência dos solos nos seres vivos, em particular nos organismos do reino vegetal, incluindo o uso da terra pelo homem, a fim de estimular o crescimento das plantas. in Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/condicoes-edafoclimaticas/21084> [consultado em 01-07-2021]

Território de Identidade	Clima/vegetação (predominante)	Precipitação anual (mm)	PIB per capita	Urbanização %	IDH*	População em extrema pobreza %
Sertão do São Francisco	Semiárido/caatinga	400 a 700	9.760,24	63,9	0,506 – 0,677	20,2
Velho Chico	Semiárido/caatinga	800 a 1000	7.096,04	46,6	0,549 – 0,633	28,4
Metropolitano de Salvador	Úmido predominante/ Floresta Ombrófila Densa, Vegetação Arbórea e Arbustiva e Mangue.	> 2000	22.810,12	98,7	0,645 – 0,759	6,1
Extremo Sul	Úmido a subúmido, na faixa leste / Floresta Ombrófila Densa do bioma Mata Atlântica	1100 a 1400	11.639,92,	76,6	0,541 – 0,685	11,1

Adaptado de Perfil dos Territórios de Identidade (SEI, 2016, 2017 e 2018)

* IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - no estado da Bahia o IDH foi de 0,660 no mesmo período de referência indicado nos territórios acima (IBGE, 2010)

Tabela 1 – Caracterização dos TI selecionados.

Em estudo sobre Agricultura Urbana na cidade de Salvador, mais especificamente no que diz respeito ao TI Metropolitano de Salvador, Paraguassú (2013) identificou que 7,3 % dos bairros do município possuem hortas para fins comerciais, excluindo-se as de consumo próprio, as quais produzem o equivalente a 150 T/ano, contabilizadas 49 hortas urbanas que variam entre 500 m² e 190.000 m² (mínima e máxima), marco legal dos terrenos ocupados por essas hortas se dividem em propriedade privada, 15%, uso e posse, 40%, e concessão, 45%. A autora estabeleceu indicadores de sustentabilidade e concluiu que as hortas urbanas se constituem numa estratégia adequada para a sustentabilidade do ecossistema urbano.

Outra experiência no TI Metropolitano de Salvador é relatada por Ramos (2012), o Projeto Plantando a Paz. Essa iniciativa simboliza o processo de resignificação do colégio como promotor do desenvolvimento local sustentável a partir da implantação de uma horta escolar e a autora conclui que os envolvidos passam a perceber na valorização e preservação cultural e ambiental as bases para o desenvolvimento local sustentável. Da Cunha, Paraguassú e Assis (2020) constataram que as hortas urbanas de Salvador, mesmo em pequeno número e sem apoio governamental, produziram alimentos a preços

acessíveis para a população local, preservaram a diversidade alimentar e a tradição de cultivo e uso de PANC.

Mata (2014) também fez um panorama da agricultura urbana em Salvador e identificou que, dentre as iniciativas, apenas uma horta é declaradamente orgânica na cidade e que os cultivadores não possuem o conhecimento necessário para manter uma boa produtividade de forma orgânica, nem tampouco agroecológica. Para que a agricultura urbana em Salvador se tornasse orgânica e/ou agroecológica, o desafio seria muito grande, especialmente se for considerado que os biólogos, técnicos e engenheiros agrônomos possuem ainda conhecimentos limitados sobre esse tipo de produção. Uma das formas de aumentar a inserção da AUP no sistema agroalimentar local seria por meio da produção orgânica, o que resultaria na valorização econômica do produto.

Entre os 4 territórios analisados, o TI Metropolitano de Salvador é o que apresenta menor índice de pobreza, conforme dados da SEI (2016). No entanto, é o que possui maior taxa de urbanização, 98,7% (Tabela 1). Isso implica na necessidade de importar alimentos de outras regiões para atender a grande demanda do município, resultando em aumento nos preços dos alimentos, mais desperdício e emissão de gases poluentes em função do transporte. Dessa forma, a AUP contribui para amenizar os impactos e as experiências apresentadas demonstram que essa é uma realidade possível. As características de precipitação e clima úmido do Território (Tabela 1), concorrem para o sucesso dessas experiências.

No TI Sertão do São Francisco localizado extremo Norte do estado e em condições de clima semiárido, o qual tem mais de 20% da população do território em condição de extrema pobreza e 63,9 % da população em área urbana (Tabela 1), Freitas et al. (2020) relatam 5 experiências de hortas urbanas comunitárias, sendo a maior delas a Horta Povo Unido, a qual envolve mais de 70 famílias atualmente e tem mais de 100 membros associados. Nessa iniciativa, a produção é orgânica desde a sua concepção (final da década de 1980) e tem como desafio principal a limitação hídrica da região, o que impede que pouco mais de 3,0 hectares do total de 5,0 hectares seja cultivada, dado que parte das fontes de água acessada (poço artesiano) apresenta-se com elevada salinidade. No entanto, os autores apontam outros desafios a serem superados: a falta de uma formação para aperfeiçoamento das práticas adotadas na produção orgânica de alimentos e os conflitos internos no trabalho coletivo e comunitário.

Também no município de Juazeiro, Gonçalves et al. (2020), ao mapearem as espécies vegetais cultivadas e comercializadas na Horta Comunitária do Centro Social Urbano no Bairro Alto do Alencar, observaram que dos 122 canteiros, 61% são ocupados com ervas medicinais e destacam ainda que o cultivo de ervas está associado ao de hortaliças e faz parte de uma preocupação recente com a promoção da saúde através do consumo de produtos agroecológicos.

Já o TI Velho Chico, assim como o anterior, está situado em região semiárida,

porém tem uma situação de precipitação um pouco mais favorável com 800 a 1000 mm/ano (Tabela 1) e menor índice de urbanização, em torno dos 46,6%. No entanto, 28,4 % da população desse TI encontra-se na linha de pobreza extrema. Com quase metade da população vivendo em zona urbana e o elevado índice de pobreza, a AUP deveria ser uma realidade fortemente presente. Contraditoriamente, apenas uma experiência foi identificada para o município escolhido, Bom Jesus da Lapa, referente a ações de extensão promovidas pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) em formato de projetos de extensão.

A experiência identificada em Bom Jesus da Lapa consiste na implantação de hortas comunitárias na Comunidade Terapêutica Vida Nova (CTVN) referente ao Projeto denominado “Semear agroecológico: um estratagema de reinserção social na Comunidade Terapêutica Vida Nova (CTVN), Bom Jesus da Lapa (BA)”, que contou com apoio de chamadas internas do IF para projetos de extensão (SILVA; CRUZ; FRANÇA, 2021).

Uma horta no Abrigo dos Pobres também no município de Bom Jesus da Lapa é apontada em matéria do blog Central da Lapa, o qual relata que os abrigados ajudam a cuidar da horta (BLOG CENTRAL DA LAPA, 2021)³. Duas outras notícias sobre hortas escolares referentes ao projeto Educando com a Horta promovido pela FAO e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC)⁴ (BOUZA, 2008; IWWA AGÊNCIA, 2009), porém não foi encontrado nenhuma informação da situação atual dessas hortas e nem dados referentes à sua implantação no referido município.

Em relação ao TI Extremo Sul que tem 76,6 % de urbanização, clima úmido a subúmido com precipitações anuais variando de 1000 a 1400 mm e índice de pobreza 11,1, o município investigado aqui foi Teixeira de Freitas para o qual foram identificadas ações do governo municipal e outras instituições para implantação de hortas comunitárias. Segundo Oliveira (2018), já são cinco hortas implantadas no município. No entanto, apenas três foram identificadas, dentre elas a horta da Creche Jerusalém, local de implantação da primeira Horta Comunitária da cidade (TEIXEIRA DE FREITAS, 2021), mas não informam os dados do público atendido e sua produção.

Outra experiência identificada neste município foi a Horta Comunitária implantada através do projeto da Fundação Banco do Brasil e Instituto Polis em empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme relata Oliveira (2018). O referido instituto oferece capacitação prévia aos moradores que, após a implantação, ficam responsáveis em cuidar da horta. Nessa ação, não fica evidente se a produção se dará em bases agroecológicas.

E, por fim, Faria et al. (2021) relatam a implantação de horta comunitária através do

3 <https://www.centraldalapa.com/abrigo-dos-pobres-bom-jesus-da-lapa/>

4 BOUZA, 2008. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1278513-projeto-leva-alimentacao-saudavel-para-escolas-do-interior-da-ba> e IWWA AGÊNCIA, 2009. Disponível em: <https://www.camacari.ba.gov.br/projeto-educando-com-a-horta-beneficia-6-mil-alunos-2/>

projeto “Educação em Saúde no Abrigo Institucional Lar Sagrada Família em Teixeira de Freitas”. O projeto conta com a participação de crianças e é proposto por bacharelados do Curso Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). O projeto teve como objetivo incentivar a produção de hortaliças sem agrotóxicos e estimular a alimentação saudável. Não foram divulgados dados de produção.

Considerando a população e densidade demográfica (DM), de acordo IBGE (2010), dos municípios estudados, tem-se a população de Salvador maior que 2 milhões, Juazeiro 197.965, Bom Jesus da Lapa 63.480, Teixeira de Freitas 138.341, e a DM 3.859,44 hab/km², 30,45 hab/km², 15,11 hab/km², 118,87 hab/km², respectivamente. Os municípios com maior população apresentam proporcionalmente mais experiências em AUP. Mesmo em Juazeiro, que fica situado em clima semiárido, tal prática se mostra exitosa, conforme relatado. Entre os municípios estudados, Salvador e Teixeira de Freitas foram os que apresentaram maiores valores de DM, o que pode indicar menor disponibilidade de área para cultivo. Destarte, esse poderia ser um fator limitante. Todavia, observa-se que existe uma mobilização para adoção da AUP.

Os exemplos aqui apresentados apontam uma tendência dos projetos e ações de AUP para adoção de bases agroecológicas de produção que estejam de acordo com os princípios agroecológicos para AUP apontados por Altieri e Nicholls (2018) tais como: favorecer a reciclagem da biomassa, melhorando a decomposição de matéria orgânica e ciclagem de nutrientes; elevar a biodiversidade funcional proporcionando habitats apropriados; manejar a matéria orgânica para melhorar o solo favorecendo o crescimento das plantas; atividade biológica; garantir diversificação de espécies e recursos genéticos; maior interação biológicas benéficas dos elemento que compõe a agrobiodiversidade, gerando processos ecológicos necessários.

Ainda é preciso investigar, definir e estabelecer quais práticas são consideradas AUP pois percebe-se que muitas dessas não têm sido descritas como tal e outras passam despercebidas, não sendo valorizadas e nem consideradas como atividade econômica. Os dados obtidos sobre PIB, por exemplo, só apresentam as atividades agropecuárias desenvolvidas no setor rural, desconsiderando os volumes de produtos diversificados produzidos em áreas urbanas. Tal fato evidencia a limitação das análises de alguns dados oficiais a respeito da produção de alimentos e geração de riqueza na agricultura praticada nos diferentes contextos como o urbano e periurbano. Além disso, também demonstra a invisibilização da AUP e sua relevância para a segurança alimentar, geração de ocupação e renda nas cidades bem como as demais potencialidades no que tange às dimensões ecológicas, ambientais, paisagísticas e socioculturais dessas iniciativas.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DA AUP NAS ÚLTIMAS DÉCADAS: O CENÁRIO BAIANO

Nos níveis federal, estadual e municipal existem documentos legais favoráveis ao fortalecimento da AUP. Também se faz importante destacar a agenda internacional que desde o século XX tem debatido a sustentabilidade das cidades, apontando os desafios e estabelecendo objetivos a serem alcançados, os quais podem ser claramente associados às atividades de AUP.

Para a sociedade brasileira, essa agenda pode se constituir em uma 'tábua de salvação' ante o caráter das reformas de direitos sociais e a velocidade com que se processam as descontinuidades de políticas públicas. Afinal, a Agenda 2030 reforça, política e institucionalmente, os compromissos da Constituição de 1988 – e outros documentos normativos criados ao longo desses 30 anos em direção a um novo patamar civilizatório no país, de garantia de um conjunto mais amplo de direitos sociais, de inclusão econômica e de sustentabilidade ambiental. (JANNUZZI; CARLO, 2018).

No ano de 2017, a agricultura urbana brasileira passou a fazer parte, pela primeira vez, do Plano Safra 2017/2020. Diante disso, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) passou a ser responsável por estimular essa atividade produtiva nas cidades e a fortalecê-la a partir de novas ações. (ALVES; MOURA; SCHULTZ 2019).

Aprovada em 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde recomenda a adoção pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da implantação e implementação das ações e serviços relativos às Práticas Integrativas e complementares que entre as diretrizes está o provimento do acesso a plantas medicinais e fitoterápicos aos usuários do SUS (Brasil, 2006). Tais iniciativas se apresentam como viáveis e importantes para a população brasileira que utiliza remédios naturais e tem interesse em ampliar a produção de base comunitária, ancorada por laços de solidariedade e participação social (RODRIGUES; DE SIMONI, 2010 apud GONÇALVES et al. 2020).

Ao analisar a promoção do cuidado em saúde através da aplicação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), Plantas Medicinais e Fitoterapia em Estratégia de Saúde da Família (ESF) em Juazeiro/BA, TI Sertão Produtivo, Silva (2016) verificou a presença de dificuldades associadas à formação dos profissionais de saúde. Isso os impossibilita de aplicar conhecimentos na área de plantas medicinais e fitoterapia, confirmando que, ideologicamente, suas formações são voltadas para práticas de medicalização no modelo biomédico. A referida Lei foi, sem dúvida, um estímulo para a implantação de hortas de plantas medicinais nos diferentes espaços, o que impulsionou projetos de extensão e pesquisas no meio acadêmico buscando a valorização dos saberes populares ancestrais sobre plantas medicinais.

Outro marco nacional de relevante influência sobre a perspectivas de implantação de hortas urbanas para estimular a reciclagem de resíduos orgânicos domésticos é a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em vigor desde 2010. Essa política orienta os municípios a implantarem uma destinação ambientalmente correta aos resíduos sólidos, dentre os quais inclui-se os orgânicos oriundos das atividades domésticas ou comerciais, e é uma alternativa para estimular o desenvolvimento dessa reciclagem nos locais de produção e o resultado dela, o adubo orgânico, aproveitado para implantação de hortas orgânicas.

Além desses, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado em 2003, que possui as finalidades básicas de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, também pode ser considerado com uma iniciativa na promoção da AUP. Esse programa permite aos agricultores urbanos a comercialização de seus produtos desde que estejam em conformidade com as exigências estabelecidas na lei.

Instituído pela Portaria n. 467 de 7 de fevereiro de 2018, o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana tem como principais objetivos: i. estimular a produção agroecológica de alimentos nas cidades; ii. incentivar hábitos saudáveis de alimentação; e, iii. implantar a produção com fins pedagógicos em instituições de ensino, principalmente em regiões de vulnerabilidade social. Essa iniciativa procura estimular as práticas agroecológicas de cultivo de alimentos, aproveitando as áreas ociosas urbanas e periurbanas para promover a produção sustentável, o processamento e a comercialização de alimentos saudáveis. Dessa forma, ele converge com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para a ampliação das condições de acesso e do consumo de alimentação saudável para famílias em situação vulnerável (BRASIL, 2021).

Em agosto de 2021, ainda durante a pandemia da COVID-19, o Projeto de Lei 906/2015 foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente do Senado, instituindo a Política Nacional de Agricultura Urbana, tramitando desde 2015 já apreciado por outras comissões da casa e deve seguir a tramitação. Em seu artigo primeiro, o referido projeto define a AUP da seguinte forma:

A agricultura urbana é a atividade agrícola e pecuária desenvolvida nos limites da cidade e integrada ao sistema ecológico e econômico urbano, destinada à produção de alimentos e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização em pequena escala (BRASIL, 2015, p. 2, texto original)

São sete os objetivos apresentados no Projeto da Política Nacional de Agricultura Urbana que destacam aspectos como: segurança alimentar e nutricional, ocupação de espaços urbanos ociosos, economia solidária, geração de renda, produção orgânica, uso de resíduos orgânicos e água residuária (BRASIL, 2015). Além de estarem alinhados com outros documentos legais, esses objetivos possuem um caráter de sustentabilidade social, ambiental e econômica que são propostos na agroecologia.

Coadunando com a perspectiva nacional, muitos municípios brasileiros já evidenciam a prática da AUP presente em seus Planos Diretores ou referenciais legais ou mesmo

leis específicas que tratem do tema. O Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) têm buscado mapear as iniciativas em AUP. Em uma iniciativa realizada em 2020 buscando mapear experiências de promoção da Agroecologia nos municípios brasileiros, foram listadas 39 de AUP agroecológica. No entanto, analisando os resultados apresentados nota-se uma disparidade entre as regiões brasileiras, sendo que 18 estão localizadas na região do Sul, 16 no Sudeste, 2 no Nordeste, 1 no Norte e 1 no Centro-oeste do país (ANA, 2020). Como o estudo é recente, os dados em questão devem ser ampliados não sendo possível até então afirmar se tal recorte reflete a realidade dos municípios brasileiros. O levantamento aponta o tipo de iniciativa responsável pela experiência e em maioria, 36% do total, corresponde à ação política ou programa governamental que apoia diretamente agricultores(as), grupos coletivos e iniciativas da sociedade (PPAA), evidenciando a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da AUP no país.

Na Bahia, o Projeto de Lei 23353/2019 dispõe sobre a Política de Apoio à Agricultura Urbana do Estado da Bahia como parte da política agrícola, em harmonia também com a política relacionada às questões urbanas e voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população em bases sustentáveis (BAHIA, 2019). O referido projeto tramita na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) desde junho de 2019 e, de acordo com informações disponíveis no site da ALBA, ele encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e deve tramitar por outras comissões da casa (ALBA, 2019). O autor do projeto defende que a agricultura urbana “vem como instrumento para o enfrentamento das crises alimentares”(ALBA, 2019). Essa afirmação nos dias atuais frente aos impactos econômicos da pandemia ganha ainda mais força. No entanto, ainda existe um longo caminho até que o projeto vire lei.

Dentre os 11 objetivos definidos no Art. 4º do referido projeto, destacamos aqui o inciso IV que propõe “estimular práticas de cultivo, criação e beneficiamento que previnam, combatam e controlem a poluição e a erosão em quaisquer de suas formas; protejam a flora, a fauna e a paisagem natural e tenham como referência a agricultura sustentável” (BAHIA, 2019). Esse objetivo aproxima a proposta dos princípios agroecológicos capazes de garantir que seja atingido.

Também em tramitação na ALBA, o projeto de Lei Nº 21.916/2016 que tem como objetivo de “promover ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, orientando o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das populações nas cidades e no campo” (BAHIA, 2016, p. 1, texto original). Esta é mais uma lei que irá reforçar para que a AUP desenvolvida no estado adote bases agroecológicas.

Em nível municipal, na Bahia temos o caso da cidade de Salvador que implantou o IPTU Verde em 2015. Essa iniciativa da prefeitura visa incentivar empreendimentos imobiliários residenciais, comerciais, mistos ou institucionais a realizarem e contemplarem ações e práticas de sustentabilidade em suas construções. Ele está de acordo com o

Programa de Certificação Sustentável em edificações no Município de Salvador, denominado IPTU VERDE criado pelo DECRETO N° 25.899 DE 24 MARÇO DE 2015. No anexo 1 deste decreto estão listados os itens considerados ações e práticas de sustentabilidade para pontuação, entre estes indica os Telhados de cobertura verde: Implantação de telhado verde em no mínimo 25% do teto do último pavimento da edificação que tem pontuação 10 numa escala de 0 a 10.

O município vem passando por um intenso crescimento urbano, que tem causado grandes tensões socioambientais. Refletindo sobre o potencial da agricultura urbana para a amenização de parte desses problemas, Mata (2016) evidencia que os principais pontos a serem trabalhados para o desenvolvimento da atividade em Salvador são: a previsão de acesso a áreas para cultivo; a interação entre as instituições e o comprometimento dos atores envolvidos; a inclusão social e organização dos agricultores urbanos e a construção e formulação de uma política pública de agricultura urbana nos níveis de governo federal, estadual e municipal, necessárias para a manutenção da atividade a longo prazo.

Um ponto extremamente relevante refere-se à situação atual do agricultor urbano e de suas famílias. Se, por um lado, o agricultor urbano não se encontra integralmente reconhecido na lógica urbana, na medida em que pratica uma atividade predominantemente rural, por outro, não está inserido nas políticas públicas direcionadas ao trabalhador rural, ainda que suas atividades diárias sejam idênticas ou similares (MATA, 2016). Essa é uma outra questão que as políticas públicas devem dar conta de solucionar. As hortas urbanas, de acordo com Da Cunha, Paraguassú e Assis (2020), são reafirmadas como espaços relevantes que devem ser incluídos nas políticas públicas para a promoção da segurança alimentar e nutricional, da biodiversidade e da sustentabilidade ambiental urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado da Bahia reverbera o que ocorre no cenário nacional, e também já tem uma política voltada a AUP em tramitação. Essa deverá impulsionar os municípios a estabelecerem suas próprias políticas. Até o presente momento considerando os TI estudados, observa-se que algumas ações de governos municipais estão ligadas a AUP. Diante disso, acreditamos que a AUP tem sido uma possibilidade pensada no âmbito das políticas públicas nos territórios baianos. Contudo, fica clara a necessidade de promover um debate amplo em todos os setores no sentido de fortalecer a AUP.

Os TI abordados neste trabalho apresentam diferenças climáticas, e em todos foram observadas e analisadas práticas de AUP. Também nota-se que os municípios possuem diferentes realidades em termos de população, DM, o que nos permite afirmar que, independente das condições edafoclimáticas e socioeconômicas, a AUP é sim uma alternativa presente na diversidade dos TI baianos. Os desafios a serem superados são muitos e daí reforçamos a importância de existirem políticas específicas que definam as

bases metodológicas a serem praticadas em AUP. Entretanto, para garantir qualidade de vida, saúde humana e ambiental e autonomia aos produtores urbanos, faz-se necessário que a prática da AUP seja orientada por princípios agroecológicos.

A AUP se apresenta como proposta de uma prática comum, viável e possível de se desenvolver, gerando avanços sociais, econômicos e culturais nos diferentes territórios. O resgate de hábitos locais valorizados e fortalecidos com o reconhecimento da identidade de cada território contribuirá para a incorporação da AUP. Acreditamos que esta foi responsável ao longo do tempo por manter vivo, ainda que singelamente, muitos costumes e hábitos.

E por fim, analisando as experiências existentes e as propostas de políticas públicas aqui apresentadas, nota-se que há um grande apelo para que a AUP se oriente pelos princípios da Agroecologia e Produção Orgânica. Porém, para que esta tendência se materialize faz-se necessário promover processos formativos aos envolvidos nestas experiências, de modo que as políticas públicas possam estabelecer as diretrizes para que esta e outras ações de promoção da AUP Agroecológica.

REFERÊNCIAS

ALBA. **Zé Cocá quer implantar política de apoio à agricultura urbana**. Assembleia Legislativa da Bahia. Notícia: online em 12 do junho de 2019. Disponível em: <<https://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/36097>>. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5.ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004

ALTIERI, M.; NICHOLS, C. **Urban Agroecology: designing biodiverse, productive and resilient city farms**. *Argo Sur* 46(2): 49-60, DOI:10.4206/agrosur.2018.v46n2-07. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332183560_Urban_agroecology>. Acesso em: 06 de agosto de 2021.

ALTIERI M.; NICHOLLS C. I. Agroecology and the reconstruction of a post-COVID-19 agriculture, **The Journal of Peasant Studies**, 47:5, 881-898, DOI: 10.1080/03066150.2020.1782891. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03066150.2020.1782891>>. Acesso em: 06 de agosto de 2021.

ALVES, D. de O.; MOURA, A. de Q.; SCHULTZ, G. Agricultura urbana no Brasil: um levantamento sobre a produção científica nas bases Scopus e Web of Science. **DRD - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 9, p. 160–178, 2019. DOI: 10.24302/drd.v9i0.1946. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1946>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Agroecologia em rede**. 2020. Disponível em: https://agroecologiaemrede.org.br/busca/?areas_tematicas=agricultura_urbana_e_periurbana&mapeamento=politicaspublicasmunicipais Acesso em: 06 de julho de 2021.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, 2007, p. 137-150. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09.pdf>. Acesso em: 10 dezembro 2020.

BAHIA. Assembléia Legislativa. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL.-23.353-2019> Acesso em: 10 de agosto de 2021

BAHIA. Assembleia Legislativa da Bahia. **Projeto de Lei 21.916/2016**. Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica <<https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicoes?numero=21916&palavra=&tipo=&deputado=&exDeputado=&outros=&dataInicio=&dataFim=>>. Acesso em 13 de agosto de 2021. Texto original.

BAHIA. Assembleia Legislativa da Bahia. **Projeto de Lei 23.353/2019**. Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana e da outras providências. Disponível em: <<https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicoes?numero=23353&palavra=&tipo=&deputado=&exDeputado=&outros=&dataInicio=&dataFim=>>. Acesso em 13 de agosto de 2021. Texto original.

BAHIA. **Constituição** (1989). **Constituição** do Estado da Bahia. Edição Comemorativa. Salvador, BA Assembleia Legislativa da Bahia, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70433/CE_BA_EC_26-2020%20.pdf?sequence=14&isAllowed=y>. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

BOUZA, R. Projeto leva alimentação saudável para escolas do interior da BA. **A TARDE**: online. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1278513-projeto-leva-alimentacao-saudavel-para-escolas-do-interior-da-ba>> Acesso em: 13 de agosto de 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. 2006. Disponível em: <<https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/npic.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº 906/2015** Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0av9hlq87e0yz1x8wgwnimjsd71303507.node0?codteor=1313925&filename=PL+906/2015>. Acesso em: 13 de agosto de 2021. Texto original.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana> Acesso em: 23 de julho de 2021.

BLOG CENTRAL DA LAPA. **Abrijo dos Pobres**. 2021. Disponível em: <<https://www.centraldalapa.com/abrigo-dos-pobres-bom-jesus-da-lapa/>>. Acesso em: 06 de agosto de 2021.

CARNIELLO, M. A.; SILVA R. S.; CRUZ M. A. B. DA; GUARIM NETO, G. Quintais urbanos de Mirassol D'Oeste-MT, Brasil: uma abordagem etnobotânica. **Acta Amaz**, Manaus, v.40, n.3, 2010, p. 451-470. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0044-59672010000300005>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0044-59672010000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dezembro 2020.

DA CUNHA, M. A., PARAGUASSÚ, L. A. A., ASSIS, J. G. D. et al. Jardinagem urbana e espécies negligenciadas e subutilizadas em Salvador, Bahia, Brasil. **J Ethnobiology Ethnomedicine** 16, 67 (2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s13002-020-00421-0>> Acesso em: 06 de agosto de 2021

DUARTE, A. M.; MASIERO, A. V.; BOFF, P.; PUCCI, A. O. Saberes e práticas populares no uso de plantas medicinais em espaço urbano no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 1, p. 27-39, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v15i1.22978>. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/22978>. Acesso em: 10 dezembro 2020.

EICHEMBERG, M. T.; AMOROZO, M. C. M. Contributions of the old urban homegardens for food production and consumption in Rio Claro, Southeastern Brazil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, n. 3, p. 745-755, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222013000300015>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222013000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em 10 dezembro 2020.

FAO. **Marco da FAO para Agenda Alimentar Urbana**. Roma. 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca3151pt/CA3151PT.pdf>>. Acesso em 23 de junho de 2021

FAO. **Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação**. Criar cidades mais verdes. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf>>. Acesso: 23 de junho de 2021.

FARIA, A. L. S. de; SANTOS, G. M. S.; MATEUS, L. F.; DOS SANTOS, J. F. A.; MARTINS, L. Construção de horta em um espaço não escolar como atividade promotora de saúde: um relato de experiência. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 26840-26848, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-404>>. Acesso em: 06 de agosto de 2021.

GONÇALVES, R. K. S.; FREITAS, H. R.; JÚNIOR, B. J do N.; ALMEIDA, L. R. S.;

LEITE, I. O.; MOURA, A. S. Agricultura urbana no semiárido: produção de plantas medicinais no sertão baiano **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236 -7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020

IBGE. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

IWA AGÊNCIA. **Projeto Educando com a Horta beneficia 6 mil alunos**. 2009. Disponível em: <Projeto Educando com a Horta beneficia 6 mil alunos - Prefeitura de Camaçari (camacari.ba.gov.br)> Acesso em: 06 de agosto de 2021.

JANNUZZI, P. de M.; CARLO, S. De . Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 28, n. 2, p. 6-27, jan. 2019., EISSN 2595-2064. Disponível em: <<https://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/article/view/143>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. De. **Agricultura urbana**. – Planaltina, DF : Embrapa Cerrados, 2002. 25 p.— (Documentos / Embrapa Cerrados, ISSN 1517-5111; 48)

MARTELLOZZO, FEDERICO, J. LANDRY, D. PLOUFFE, V. SEUFERT, P. ROWHANI AND N. RAMANKUTTY. Urban agriculture: a global analysis of the space constraint to meet urban vegetable demand. **Environmental Research Letters** 9 (2014): 064025. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1088/1748-9326/9/6/064025>>. Acesso em: 06 de agosto de 2021.

MATA, D. M. P. **Agricultura urbana de produção orgânica: desafios e oportunidades para a formulação de uma política pública na cidade de Salvador**. Dissertação (Mestrado em Meio ambiente Água e Saneamento) Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.181. 2014.

MEDEIROS JÚNIOR, E. F. de; et al. A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP): contribuições e desafios para promoção de cidades sustentáveis. In: REIS, A. H.; ARAÚJO, J. F.; OLIVEIRA, L. M. S. R. de. **Agroecologia e territorialidade: do estado da arte aos desafios do século XXI**. Juazeiro - BA: UNIVASF, 2020. ISBN 978-65-990076-7-5

MOURA, J. A.; FERREIRA, W. R.; LARA, L. L. AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (agriculture urban and periurban). **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 69 a 80, mar. 2013. ISSN 1984-2201. Available at: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/786>>. Date accessed: 01 July 2021.

OLIVEIRA, L. M. S. R. de; et al. Território: do espaço físico à dimensão socioeconômico-cultural e ambiental. In: REIS, A. H.; ARAÚJO, J. F.; OLIVEIRA, L. M. S. R. de. **Agroecologia e territorialidade: do estado da arte aos desafios do século XXI**. Juazeiro - BA: UNIVASF, 2020. ISBN 978-65-990076-7-5

OLIVEIRA, SIARA. Teixeira de Freitas recebe quinta horta comunitária. **Sul Bahia News**, 02 de Julho de 2018. Disponível em: <<https://www.sulbahianews.com.br/teixeira-recebe-quinta-horta-comunitaria-da-bahia>>. Acesso em: 06 de agosto de 2021

ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. de S. **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual**: um estudo de caso da Bahia. Brasília: Ipea, 2016.

ORTEGA, A. C. As políticas territoriais rurais no brasil: as ações do governo federal. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. de S. **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual**: um estudo de caso da Bahia. Brasília: Ipea, 2016.

ORTEGA, A. C. CERQUEIRA, C. A. de e SILVA F. P. M. Da. As políticas públicas de desenvolvimento no estado da Bahia: evolução e características. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. de S. **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: Ipea, 2016.

PARAGUASSÚ, I. A. A. **A Agricultura Urbana com estratégia de sustentabilidade da cidade do Salvador, Bahia, Brasil**. Tese (Doutorado em El Medio Ambiente Natural y em las Ciencias Sociales) Departamento de Geografia, Faculdade de Geografia e História, Universidade de Salamanca. Salamanca, Espanha, p. 358. 2013.

RAMBO, A. G.; FREITAS, T. D.. Reconexão entre produção e consumo de alimentos e a política territorial de desenvolvimento rural no Brasil. **Redes** (St. Cruz do Sul Online), Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 118-141, set. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14121>>. Acesso em: 29 jun. 2021. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14121>.

RAMOS, Renata Fornelos d’Azevedo. **Agricultura na Escola Urbana: Um processo educativo para o desenvolvimento local sustentável**.. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, p. 197. 2012.

SABOURIN, E. P., MASSARDIER, G.; SOTOMAYOR, O. As políticas de desenvolvimento territorial rural na América latina: uma hibridação das fontes e da implementação, **Mundos Rurales**, v. 3, n.1, p.75-98, mayo/2016.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbanas no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: FAO/MDS/SESAN/DPSD, jun. 2007. 89 p.

SAVIAN, M.; BOFF, P.; BOFF, M. I. C. Can urban agriculture contribute to the development of sustainable cities and communities?. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 5, p. e30610514926, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i5.14926. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14926>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador: SEI, 2015. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 1). ISBN 978-85-8121-017-9

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade** -- Salvador: SEI, 2016. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 2). ISBN 978-85-8121-017-9

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador: SEI, 2018. 3 v. p.252 (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3). ISBN 978-85-8121-017-9

SEI 2019 Disponível em: SEI - Territórios de Identidade Acessado em: 30 de junho de 2021

SEI. 2020 Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=8&Itemid=101&limitstart=30>. Acesso em: 30 de junho de 2021

SILVA, S. M.; CRUZ, M. J. S.; FRANÇA, E. Da S. **Semear agroecológico**: um estratagemas de reinserção social na Comunidade Terapêutica Vida Nova (CTVN), Bom Jesus da Lapa (BA). Bom Jesus da Lapa, BA. 2021.

SILVA, D. S. O.; et al. Descrição das atividades desenvolvidas nas hortas urbanas no município de Pombal. **Revista verde de agroecologia e desenvolvimento sustentável**, v. 6, n. 5, p. 6-16, 2011.

SILVA, R. de C. M.. **Relações produtoras do cuidado em práticas com plantas medicinais na estratégia de saúde da família em Juazeiro - Bahia**. 2016. 174 f. Tese (Pós- Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4054>

SIVIERO, A.; DELUNARDO, T. A.; HAVERROTH, M.; OLIVEIRA, L.C.; MENDONÇA,

A. M. S. Cultivo de espécies alimentares em quintais urbanos de Rio Branco, Acre, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 25, n.3, p. 549-556, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-33062011000300006>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062011000300006. Acesso em: 10 dezembro 2020.

SMIT, J.; NARS, J.; RATTA, A. **Urban Agriculture**: food, jobs and sustainable cities. ed. 2001. New York: UNDP - United Nations Development Programme. United Nations Development Programme Publication, Series for Habitat II, 2001. Acesso em 09 dezembro 2020. Disponível em: <http://www.jacsmit.com/book/Chap01.pdf>. Acesso em: 29 novembro 2020.

SOUZA, R.P. de O. e CALAÇA, M. 2019. Agricultura urbana. **Revista Campo-Território**. 14, 32 Abr. (set. 2019). DOI:<https://doi.org/10.14393/RCT143210>.

TEXEIRA DE FREITAS. Prefeito visita horta comunitária implantada no Jerusalém que irá atender população carente. ONLINE EM 11 DE JUNHO DE 2021. Disponível em: <<https://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/prefeito-visita-horta-comunitaria-implantada-no-jerusalem-que-ira-atender-populacao-carente/>>. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

TEIXEIRA, D. A.; LOURENÇO, J. N. P.; CASTRO, A. I.; LOURENÇO, F. S. Quintais urbanos: práticas e experiências no município de Parintins, AM. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, IX, Belém, PA. **Resumos [...]** Belém: Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3, 2015. Disponível em: <https://ainfo.cnpq.br/digital/bitstream/item/144472/1/18192-79792-1-PB-quintais-pin.pdf>. Acesso em: 10 dezembro 2020.

VENZKE, T. S. L. Experiência de agroecologia em horta urbana: sucessos e dificuldades do cultivo de hortaliças na cobertura de prédio, Pelotas, RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 1, p. 40-46, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v15i1.22895>. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/22895>. Acesso em: 10 dezembro 2020.